

**ACTA N.º 4/2011****ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 2011**

Aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e onze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel António Natário Cordeiro, de vinte e três de Agosto de dois mil e onze, com a seguinte ordem de trabalhos:

**PONTO 1 - Apreciação da Actividade Municipal;**

**PONTO 2 - Análise, discussão e votação da Proposta de fixação do valor do Imposto Municipal Sobre Imóveis Urbanos para efeitos das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro.**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e lembrou aos presentes que ali assistiam que, querendo, poderiam intervir na mesma no período reservado ao público, mediante prévia inscrição na mesa. Informou os presentes que convidou para secretariar a mesa o senhor Luís Paíga, em substituição do senhor secretário Alberto Júlio da Silva Fernandes, por este não estar presente.

Notou a recepção de pedidos de justificação de falta dos senhores Eduardo Manuel Dâmaso Frederico e Alberto Júlio da Silva Fernandes.

Procedeu, depois, à chamada de todos os membros da Assembleia Municipal, verificando-se a ausência dos elementos atrás mencionados e de Adelino Nascimento Lopes, tendo-se apurado, assim, o quórum necessário para que a sessão pudesse legalmente funcionar, com a presença de vinte e seis membros.

**Período Antes da Ordem do Dia**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou este período informando mais uma vez que toda a correspondência recebida é arquivada na secretaria, aí estando disponível a todos para consulta.

Referiu de seguida que a Assembleia da CIMDouro reuniu no dia vinte e sete de Julho de 2011, aí tendo tomado conhecimento de que a ANMP e o Governo celebraram um memorando de entendimento que se materializa na bonificação de cinco por cento nas taxas de comparticipação dos investimentos do QREN, passando para oitenta e cinco por cento, a possibilidade de melhores condições no acesso ao

crédito para os Municípios no Banco Europeu do Investimento e a criação de uma bolsa de mérito para os Municípios que tenham demonstrado melhor capacidade de execução. Disse, ainda, que o nosso município era um dos que tinha uma elevada taxa de execução, assim como a Comunidade Intermunicipal do Douro, com uma taxa de execução física de oitenta e quatro por cento e uma execução financeira de setenta e três por cento. Informou ainda que a Comunidade Intermunicipal do Douro tem colaborado nas candidaturas dos municípios na aquisição de equipamentos para a proteção civil e no domínio da eficiência energética. Que esta manifestou junto do Governo o seu desagrado relativamente às alterações da linha do Douro e às implicações no domínio do ordenamento do território da criação da zona especial de proteção do Douro. Na mesma reunião foi feita a prestação de contas do ano de dois mil e dez e uma primeira revisão orçamental de dois mil e onze para incorporar um saldo positivo de dois mil e dez em dois mil e onze.

Informou, ainda, que no dia nove de julho de dois mil e onze se realizou o décimo nono Congresso da Associação Nacional de Municípios em Coimbra, de onde destacou o principal debate acerca da anunciada redução de freguesias e de municípios, prevendo-se a redução de freguesias mas não de municípios.

Disse, também, ter participado na sede do Governo Civil de Vila Real no dia quatro de Julho de 2010 numa reunião de acompanhamento da revisão do Plano Director Municipal de S. João da Pesqueira, na qual se conheceram os representantes das várias entidades públicas envolvidas, foram dadas a saber as pretensões do município e a metodologia a adotar na revisão do PDM. Foi aprovado o Regulamento Interno desta Comissão de Acompanhamento e foi dito pelos representantes das diversas entidades da disposição para ajudar a Câmara Municipal no que fosse necessário e estivesse ao seu alcance. Mais se deu a conhecer pelo coordenador o Arquitecto Costa e Almeida a calendarização do processo de revisão, sendo um período de elaboração de quinze meses, devendo até final de dois mil e doze estar concluído.

Referiu, finalmente, que a Petição Pública que foi assinada por alguns membros desta Assembleia na anterior sessão, relativa ao hospital de Lamego, foi enviada à Assembleia Municipal de Lamego. Mais informou que recebeu outra petição do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local para a não redução de autarquias e de trabalhadores, a qual iria fazer passar por todos os membros da Assembleia a fim de tomarem conhecimento e a assinarem no final caso entendessem.

De seguida, como habitualmente, solicitou aos membros eleitos em representação da Assembleia Municipal nas diversas entidades que informassem a Assembleia das actividades das mesmas.

*Maria*

O senhor Presidente da Mesa começou por informar que a Assembleia Distrital, da qual faz parte com o senhor António Balça, não reuniu. E quanto à Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Douro, da qual faz parte com os senhores Silva Fernandes e Luís Pereira, foram já apresentadas todas as informações.

Quanto à Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, o senhor António Balça informou que houve, neste mesmo dia, uma reunião, tendo-se feito representar para poder estar presente na reunião desta Assembleia, não podendo assim dar, por ora, informações sobre a mesma.

Na Comissão Municipal de Toponímia o senhor Norberto Vieira disse não ter existido qualquer reunião.

O senhor António Froufe Bastos da Comissão da Protecção Civil informou que a comissão reuniu com todas as Associações do Concelho e todas as Juntas de Freguesias tendo se discutido novas ideias sobre a protecção contra os incêndios no concelho.

Quanto ao Congresso de Associação de Municípios, além das informações prestadas pelo senhor Presidente da Assembleia, o senhor António Balça disse que depois de ter ouvido o senhor Primeiro Ministro chegou à conclusão que queriam acabar com algumas freguesias e de que iria começar nas grandes cidades e com o intuito de preservar as freguesias das áreas rurais.

Relativamente ao Conselho Cinegético Municipal não foi fornecida qualquer informação, porquanto o senhor Adelino Nascimento Lopes se encontrava a faltar.

No Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul o senhor Luís Paíga comunicou que esta não reuniu.

O senhor António Augusto Vicente contou que o Conselho Municipal de Educação, do qual faz parte com o senhor Presidente da Assembleia Municipal, reuniu em Julho, tendo destacado alguns contributos do município relativamente ao ano letivo de dois mil e dez, dois mil e onze, como o pagamento da última edição do jornal escolar apresentado pelo Agrupamento de Escolas de S. João da Pesqueira, a continuidade da distribuição de fruta escolar a todas as crianças do pré escolar e primeiro ciclo, refeições gratuitas para as crianças com escalão um do abono de família e para as crianças com comprovada situação de carência económica, cinquenta por cento a todas as crianças do escalão dois do abono de família, restantes crianças preço único um euro e quarenta e seis cêntimos, custando as refeições ao município dois euros e vinte e cinco cêntimos, sendo a comparticipação do estado por cada refeição de apenas vinte e dois cêntimos. Foi promovida a higiene oral através da distribuição de um kit com dentrífico e escova a todas as crianças do pré escolar e primeiro ciclo, uma comparticipação de oitenta por cento nas visitas de estudo. A Câmara, à semelhança de anos anteriores, forneceu passes escolares gratuitos a todos os níveis de ensino assim como transporte gratuito aos

alunos dos cursos de Educação e Formação de Adultos e Programa Integrado de Educação e Formação. Assegurou, ainda, o pagamento de consultas de dentista e oftalmologia a crianças com carência económica comprovada e serviço gratuito de consultas de Psicologia e Terapia da Fala. Atribuiu, também, dez bolsas de estudo de apoio social e uma bolsa de estudo por mérito. Referiu, ainda, algumas atividades desenvolvidas pela Biblioteca Municipal, como Apoio ao estudo, leituras encenadas com base no Plano Nacional de Leitura, apoio de um técnico de informática para ajudar na introdução das tecnologias da informação e comunicação, por último, leituras encenadas de histórias levadas pela Bibliomóvel a todos os jardins de infância e escolas do primeiro ciclo.

O senhor Manuel Martins informou, quanto ao Núcleo Social de Inserção, que este tem reunido normalmente, mas não registou alterações significativas que deva destacar.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal sensibilizou os presentes pelo falecimento da mãe do senhor Álvaro Costa através de voto de pesar, cumprindo-se um minuto de silêncio em sua memória.

Passou-se depois à leitura da ata da reunião anterior, em virtude da mesma não ter sido disponibilizada com os demais documentos, o que, posta à votação, foi a mesma aprovada por maioria com vinte e dois votos favoráveis e com a abstenção dos senhores Luís Pereira, Álvaro Costa, José Fernando e José António, por não terem estado presentes nessa reunião.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, logo depois, abertas as inscrições para intervenção neste período de Antes da Ordem do Dia, concedendo a palavra por ordem de inscrição.

O senhor Luís Pereira congratulou-se com as fotografias expostas no salão Nobre da Câmara Municipal dos dois últimos Presidentes da Câmara, mas que seria de toda a justiça que se colocassem igualmente quadros com a fotografia de outros anteriores Presidentes de Câmara. Referiu depois uma notícia do dia anterior do Jornal de Notícias, na qual se referia a existência de elevada procura de casas para arrendar em virtude da construção da barragem do Tua, e que a Câmara Municipal de S. João da Pesqueira deveria tentar saber desta questão por forma a potenciar o arrendamento no concelho de S. João da Pesqueira, nomeadamente pela proximidade ao Tua de Soutelo e da própria Vila, aproveitando esta procura e oportunidade em tempo de crise, como tem vindo a acontecer no concelho de Alijó.

O senhor Fernando Pereira iniciou a sua intervenção fazendo um ponto de situação da Vindouro, dizendo que se tem vindo a desprestigiar a feira da Senhora do Monte, havendo este ano uma deslocalização do espaço de realização da zona antiga para o largo da feira, a distribuição dos feirantes que traziam uma dinâmica e um reviver de situações antigas, com uma dispersão que não foi organizada e que

criou problemas e o descontentamento de muitos habitantes. Relativamente à Vindouro disse que a mesma tem uma vertente de apoio e de projeção, uma mostra dos vinhos da região e que neste mesmo espaço se tem tentado, ao longo dos anos, juntar a parte comercial com a cultural, mas que este ano fez-se o contrário. Colocou-se a exposição numa ponta e a parte de diversão e espetáculos na outra, o que provocou a dispersão dos visitantes diminuindo assim o negócio. Questionou o executivo sobre o motivo da alteração tão radical do espaço da Senhora do Monte, quais os seus objetivos, o que se pretendia, afinal, com estas alterações.

O senhor António Froufe Bastos disse, também, não concordar com o espaço encontrado para a realização da feira da Senhora do Monte, no entanto concordou com a participação das Associações e Juntas de Freguesia nas tasquinhas no centro da feira. Referiu, com desagrado, a entrada de um vendedor ambulante na feira, o que veio desprestigiar as Associações e as Juntas de Freguesia que ali se encontravam, não devendo ser permitida a entrada, neste tipo de eventos, de outros vendedores.

O senhor Joaquim Monteiro iniciou a sua intervenção alertando para as faltas existentes na sua freguesia, de que vem falando há muito tempo, designadamente os abrigos para passageiro, já prometidos, mas ainda por fazer e que são urgentes com o início das aulas para as crianças se abrigarem, a calçada do caminho da capela do Sarzedinho que foi prometida há já dois anos, o levantamento das caixas de esgotos em redor da igreja ainda não realizado e as casas em ruína na sua freguesia. Referiu depois à crise do Douro, dizendo ter lido uma notícia no Jornal de Notícias sobre uma reunião de Presidentes de Câmara da região com o Secretário de Estado da Agricultura que, embora sabendo que o senhor Presidente se fez representar por um senhor vereador, preferia que fosse o próprio presidente da Câmara a comparecer e a destacar-se, como, aliás, fazem outros concelhos, ou até na manifestação da Régua onde estiveram presente os presidentes da Câmara de Mesão Frio, de Santa Marta e outros, menos o de S. João da Pesqueira. Entende que S. João da Pesqueira deveria liderar a região, mas falta representação do nosso concelho por parte do executivo. Questionou, ainda, o executivo sobre as ajudas da Câmara aos agricultores. Disse estar de acordo com o senhor Fernando Pereira quanto quanto à má escolha do local da feira da Senhora do Monte, e que o balanço que faz e o que lhe transmitiram não é positivo. Solicitou que fosse dado conhecimento à Assembleia do nome do futuro diretor da Escola profissional. Terminou a sua intervenção dizendo que espera que o executivo consulte previamente os presidentes de Junta a fim de preparar o orçamento para o próximo ano, indo de encontro às suas necessidades, o que não tem acontecido.

O senhor Brites Aguiar, referindo-se também ao evento da Vindouro, disse que já em intervenções anteriores tinha referido que o concelho da Pesqueira tem

*Maria*

demasiados pequenos eventos para consumo local, e que a Vindouro está a correr o risco de se tornar também um pequeno evento. Que a aposta tem que ser forte e tem que ter impacto no país. Disse que a Câmara Municipal este ano apostou mais na diversão do que na criação de riqueza para o concelho. Entende que se a Câmara Municipal não tem capacidade financeira para fazer um invento anual com impacto então que o faça de dois em dois ou três em três anos, porque pior do que não fazer é criar uma má imagem e os visitantes reduzirem de edição para edição. Disse que é já a altura de se começar a preparar a edição do próximo ano, aprendendo com os erros cometidos. Disse que não punha em causa a dedicação das pessoas que organizaram a edição, mas que se devia ter a obrigação de conhecer as nossas limitações e procurar ajuda numa prestação de serviços para este fim, se necessário. Os expositores diminuíram assim como os visitantes, e que terá de existir um empenho pessoal do senhor Presidente da Câmara junto dos expositores e produtores por forma a consciencializa-los de que não compete apenas à Câmara Municipal promover o concelho mas também a eles. Referiu que não tinha conhecimento preciso da opinião do executivo sobre a perda de rendimento atual dos agricultores do Douro, mas que entende que a situação atual do cartão de benefício é mais um subsídio que um benefício, não se conseguindo controlar nem a quantidade nem o preço, que, contrariamente a algumas opiniões, tem tendência a ser mais baixo, sendo necessário pensar-se noutras alternativas.

O senhor António Balça disse ter escutado algumas críticas de alguns expositores da Vindouro e que, na qualidade de expositor, pensa haver razões para as mesmas, pois as alterações introduzidas este ano fez com que reduzisse o número de visitantes, quer do pavilhão quer dos expositores, devendo o executivo refletir sobre o assunto. Estes eventos terão de ter uma forte promoção junto dos que poderão trazer mais valias internas e externas e possíveis exportações. Referiu ainda que a Vindouro coincidiu com o agravar de uma crise que se tem vindo a acentuar e que num só ano chegou ao limite do que seria razoável para a sobrevivência desta região e se ao longo do próximo ano não houver decisões concretas para a mesma, corre-se o risco de se passar à região mais pobre da Europa, questionando, assim, o executivo sobre o papel do Museu do Vinho no nosso concelho. Diz existir um número restrito de empresários que está cada vez mais rico ao contrário do generalidade dos viticultores que vendem o seu produto sem preço, o que não acontece com mais nenhum produto. Na qualidade de autarca e conselheiro regional do Conselho Regional Agrário é da opinião que o Presidente deste município, o maior produtor de vinho do Porto, tinha a obrigação de tudo fazer para para que se inverta o rumo que tem faltado a esta região em benefício daqueles que foram os únicos responsáveis desta região ter sido condiderada pela UNESCO Património da Humanidade, os nossos viticultores. A carta enviada à senhora Ministra da Agricultura não é suficiente, pois

M  
M  
M

devia ter tido o apoio junto do maior número de Presidentes de Câmara desta Região, criando sinergias políticas com mais força. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal alguma informação sobre o que se terá passado na reunião com o senhor secretário de estado da Agricultura no Porto. Informou que foi entregue ao senhor Presidente da Assembleia Municipal uma moção sobre este assunto.

O senhor presidente da mesa leu a referida moção, dando de seguida a palavra a quem se quisesse pronunciar sobre a mesma.

O senhor Luís Pereira perguntou se esta moção era definitiva ou se podia receber contributos.

O senhor Brites Aguiar disse concordar com a intenção da mesma e não com a justificação.

Questionados sobre a possível alteração, o senhor Balça e o senhor Joaquim Monteiro disseram estar disponíveis ao melhoramento da mesma com o contributo de todos.

O senhor Joaquim Monteiro disse ser um defensor do benefício e não concordar com o senhor Brites Aguiar quando ele diz que não concorda com o mesmo, indo contra o que nós defendemos.

O senhor Brites Aguiar disse ainda que não era contra o benefício, mas contra este modelo de benefício.

O senhor Luís Pereira congratulou-se com os proponentes desta moção assim como a sua aceitação de possíveis propostas de alteração, propondo ele mesmo que se eliminasse a parte em que se exige preços mínimos, pois poderia parecer que se estava a pedir benefícios.

O senhor Vladimiro sugeriu que o senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo nesta assembleia algumas pessoas particularmente conhecedoras do setor base da economia desta região, deveria usar-se deste conhecimento, até se justificando que reunisse pontualmente com estas pessoas, altamente conhecedoras da vitivinicultura e do mercado, podendo descortinar soluções que sejam exequíveis.

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para poder responder ao que lhe foi questionado.

O senhor Presidente em resposta às questões apresentadas, começou por informar que da parte da manhã reuniu com alguns Presidentes de Junta, Associações, Agricultores, Bombeiros Voluntários e comandante da G.N.R. a fim de discutir o problema dos incêndios que alastram no concelho. Nesta primeira reunião chegou-se a algumas soluções e identificaram-se alguns problemas que têm a ver com fiscalização, prevenção, limpezas, colaboração entre todos, reuniões mais assíduas. Disse ter sugerido reuniões também com os pastores, visto ser unânime que os mesmos são um dos problemas dos incêndios. Relativamente às fotografias dos anteriores presidentes expostas no salão nobre da Câmara Municipal disse não poder

dizer quais foram os critérios para a colocação das mesmas, pois quando iniciou as suas funções já estavam colocadas. Relativamente à notícia dos preços exorbitantes que estavam a pedir pelas casas procuradas pelos trabalhadores da barragem do Tua, informou que a Câmara estava disposta a ajudar os munícipes, mas não é sua função andar a perguntar quem tem casas para alugar. Se as pessoas interessadas se dirigirem à Câmara, tentarão arranjar soluções juntamente com as mesmas. Quanto à Vindouro, ainda não foi feito um balanço, mas tem que se ter em conta que choveu, uma das razões para estas alterações. Diz ter ouvido opiniões diferentes de expositores, visitantes e residentes, dizendo uns que foi boa ideia e outros que nem tanto. O executivo pensa que a feira se devia transferir da vila, tendo esta solução sido aplaudida principalmente pela G.N.R e Bombeiros, pois seria complicado resolver qualquer situação de incêndio ou acidente. Havia ainda um desordenamento total por parte dos feirantes, pois alguns que estavam cá todo o ano, quando chegavam à feira da Senhora do Monte, os lugares já estavam ocupados por feirantes que só vinham para esta feira, o que não era justo, pois pagavam os seus lugares. Também havia prejuízos, pois no fim da feira havia passeios levantados, etc. O balanço ainda não foi feito relativamente à Vindouro, mas dois expositores disseram-lhe que vieram menos pessoas mas os que vieram foram melhores. Quanto às atividades no espaço da feira, a intenção foi tirar a confusão e barulho para as pessoas que moram junto do pavilhão, pois são sempre os mesmos prejudicados com todas as festas. Disse, ainda, que também pensavam que haveria mais união colocando, nesse espaço, as tasquinhas das juntas, associações, mas que não tiveram a receptividade que esperavam das mesmas. Respondendo ao senhor Joaquim Monteiro, disse entender as suas preocupações com as obras, que estão a tentar resolver a situação. Relativamente à direção da escola Profissional, informou que é um assunto da Asdouro, o antigo diretor mostrou indisponibilidade e foi sugerido um nome que está à espera de aprovação superior, não podendo, por isso, revelar ainda a sua identidade. Neste momento a Doutora Marcolina está a assumir a gestão da escola até à nomeação oficial. Informou, ainda, que recebeu a comunicação para a reunião no Porto com o senhor Secretário de Estado no decorrer das festas, no dia trinta e um de agosto, pelo que, encontrando-se no mesmo dia em S. João da Pesqueira, convidados que deviam ser recebidos por si, sendo, assim, representado no Porto pelo senhor Vereador da Agricultura José Vítor Sobral, o mesmo que, aliás, fez a maioria dos Presidentes de Câmara Municipal, segundo sabe. Relativamente à reunião disse ter sido informado que o Secretário de Estado é de opinião que no Douro, além de estarmos preocupados com o corte das pipas, com o corte do benefício, com a desvalorização da pipa por ano, deverá existir mais uma estruturação de fundo da região do Douro. Esta é uma região diferente de qualquer região vinícola do mundo, porque tem duas qualidades de produto, vinho do Porto e vinho de mesa, o que deve



ser dado a conhecer ao governo através do senhor Secretário de Estado. A comercialização do vinho do Porto é feita de maneira fechada, agora um pouco mais aberta. É quase impossível exportar o vinho do Porto. Esta reunião com o secretário de estado foi um pouco nesse sentido, de cada um dar sugestões para ele perceber como é que funciona a região do Douro e poder melhorar a situação. Relativamente à sua ausência na manifestação da Régua disse não ter estado presente, pois não achou necessária a sua presença. Perguntou porquê na Régua e não na Pesqueira, que é o maior produtor de vinho do Porto, mas se for necessário ir a Lisboa será o primeiro a estar presente. Reforçou que o executivo está ao lado dos agricultores e da Assembleia e aceita sugestões e que serão os primeiros a estar na linha da frente em tudo o que se possam fazer em conjunto.

Foi concedida novamente a palavra ao Senhor Fernando Pereira que referiu que o mau tempo não é argumento, pois ninguém sabia que iria chover, e que fica admirado com a preocupação dos bombeiros e da G.N.R. que apenas surgiu ao fim de trinta ou quarenta anos. Quanto ao barulho, as barraquinhas, no lugar da feira, e a animação de rua provocaram igualmente barulho. A feira não correu bem, quer pelo mau tempo, pela economia e a insatisfação das pessoas, mas também pela forma como a Câmara a apresentou e a colocou em ação, devendo reconhecer o erro e corrigi-lo de futuro.

O senhor Luís Pereira referiu mais uma vez o assunto das fotografias dos Presidentes da Câmara expostas no salão, dizendo que se deveria fazer uma pesquisa para saber quem esteve à frente do município entre setenta e cinco e setenta e sete e assim repor os outros quadros por uma questão de igualdade e de justiça. Quanto à proposta sobre o aluguer de casas para os trabalhadores da barragem do Tua, sugeriu que os serviços do município averiguem se há ou não procura de casas no nosso concelho e, depois, então criar condições, designadamente promovendo um concurso para que haja um barco na margem do rio em Soutelo em frente ao Tua, explorando a passagem.

O senhor Presidente da Câmara Municipal respondendo ao senhor Luís Pereira disse não ser contra as alterações das fotografias no salão.

O senhor Presidente da Mesa, eram dezasseis horas e oito minutos, propôs um intervalo de dez minutos, para se preparar entre todos os termos da moção, interrompendo a sessão. A mesma foi retomada, eram dezasseis horas e dezoito minutos, com a chegada da moção à mesa, havendo assim entendimento entre todos. Leu a moção e informou que foram feitas as alterações propostas anteriormente e que a mesma iria ser dirigida ao senhor Presidente da República, Primeiro Ministro, ao Ministro da Agricultura, Grupos Parlamentares e IVDP. Passou-se de seguida à votação, tendo a moção sido aprovada por maioria, com 24 votos favoráveis e duas abstenções dos senhores Sá Meneses e Norberto Vieira.

### Período da Ordem do Dia

Finalizado o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia com a leitura dos assuntos a tratar, assim:

**PONTO 1 - Apreciação da Actividade Municipal;**

**PONTO 2 - Análise, discussão e votação da proposta de fixação do valor do Imposto Municipal Sobre Imóveis Urbanos para efeitos das alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro.**

#### **PONTO 1 – Apreciação da actividade municipal**

Procedeu à leitura da informação remetida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor Álvaro Costa que questionou o executivo sobre a estrada municipal Pesqueira-Várzeas de Trevões, querendo saber se a obra continuaria ou não, uma vez que verificou que no cruzamento para Várzeas se procedeu ao levantamento de parte do alcatrão e nada mais.

O senhor António Bastos congratulou-se com o executivo relativamente ao arranjo dos caminhos agrícolas, o que tem sido uma grande ajuda e demonstra preocupação em manter as vias transitáveis e que, com a aproximação das vindimas, é uma mais valia para os agricultores das freguesias.

O senhor António Balça sugeriu que a atividade do município fosse numerada sendo, assim, de mais fácil consulta e debate sobre a mesma. Felicitou mais uma vez o executivo relativamente ao trabalho persistente de promoção dos produtos do concelho, no entanto, deixou um desafio junto do senhor Varedor da Agricultura sobre a criação da DOP Douro, no sentido de se resolver o mais rápido possível. Questionou o executivo relativamente às obras de requalificação dos polidesportivos de Ervedosa, Soutelo e Nagoselo, querendo saber se já estavam degradados para precisarem de obras de melhoramento. Quanto à rede do Wireless do concelho disse ter sido interpelado pelo técnico da instalação sobre a razão de só ter uma senha, dizendo-se incomodado, pois dava a entender que ele é que não estava interessado na mesma. Disse que há seis anos houve uma candidatura para um espaço da Internet na sua freguesia, que tem seis computadores com espaço de Internet, não correspondendo, assim, à verdade o que foi dito.

O senhor Vladimiro Neves referiu com agrado que a estrada variante alternativa à Rua da Corredoura em Paredes da Beira, embora tendo demorado a ser construída, já está concluída, merecendo, por isso, ser aqui mencionada. Quanto às festas

populares que decorrem um pouco por todas as freguesias, disse que é frequente conceder facilidades às comissões de festas para obter receitas para a realização das mesmas, designadamente com a exploração de bares amovíveis, mas que entende que estas situações deveriam ser analisadas caso a caso, porquanto, não raras vezes, vêm perturbar a atividade económica de outros estabelecimento de café que se encontram abertos todo o ano e que não podem ser prejudicados. Ele mesmo diz ter ouvido muitas queixas em Paredes da Beira a este propósito. Lamentou a não presença de todos os vereadores nesta reunião da Assembleia, designadamente a ausência do senhor vereador Nelson Castro, o que já aconteceu na anterior sessão. É uma obrigação que decorre do cargo que desempenha e um dever imposto pela lei de respeito para com a Assembleia a presença de todos, e que gostaria de saber qual a razão da ausência.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao senhor Álvaro Costa dizendo que todas as obras iniciadas são para terminar e que, se alguma coisa ficou estragada com as intervenções realizadas, agradecia ser informado das respetivas anomalias para as mesmas serem resolvidas. Agradeceu as palavras de incentivo dos senhores Presidentes de Trevões e Castanheiro, dizendo ser pretensão do executivo estar o mais perto possível de todas as Juntas. Respondendo ao senhor António Balça disse que o DOC Douro não está esquecido, é um assunto que está a ser tratado pelo senhor Engenheiro Pavão. Os polidesportivos das freguesias referidas foram os primeiros a ser construídos, apresentando já riscos acrescidos para quem ali praticasse desportos, sendo necessária a sua requalificação. Relativamente à rede de Wirelesse, disse pensar ser um mal entendido, pois que acredita que qualquer Presidente de Junta não queira o melhor para a sua freguesia e que o executivo estava disponível para ajudar a resolver situações menos agradáveis. Respondendo ao senhor Vladimiro disse entender que os comerciantes se sintam um pouco defraudados quanto à situação das comissões de festas, mas estas têm como objetivo que as festas corram o melhor possível, por isso precisam de angariar dinheiro para as mesmas, o que passa pela exploração desses bares, sendo por vezes necessário arranjar um meio termo para que não haja prejuízo para as duas partes. Quanto à ausência do Senhor Nelson Augusto Castro disse ser defensor de que todos os elementos do executivo devem estar presentes, mas que na reunião anterior o senhor Nelson não esteve presente porque teve uma consulta, e nesta reunião teve assuntos urgentes a tratar relacionados com a Autarquia.

**PONTO 2 - Análise, discussão e votação da proposta de fixação do valor do Imposto Municipal Sobre Imóveis Urbanos para efeitos das alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro.**

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar que a proposta é sensivelmente igual à do ano passado, remetendo para o documento de apoio fornecido.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas as inscrições concedendo a palavra ao senhor Vítor Monteiro que referiu e sugeriu, como vem sendo a posição assumida pelo grupo socialista desta Assembleia ao longo dos últimos anos, que um maior abaixamento das taxas do IMI poderia servir para fixar mais pessoas ao concelho.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse entender a preocupação do senhor Vítor Monteiro, mas é necessário um equilíbrio, pois, atendendo à diminuição de verbas das transferências do estado, as receitas em IMI são necessárias, correspondendo a cerca de trezentos e sessenta mil euros anuais.

Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação tendo a mesmo sido aprovada por unanimidade com vinte e seis votos favoráveis.

A fim de ser dada eficácia externa ao segundo ponto da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a sua aprovação em minuta, o que, posto a votação, foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, e não tendo chegado à mesa qualquer pedido de intervenção do público, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai ser lida e posta à votação para aprovação.

---

